



PROCESSO SELETIVO PARA A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL
TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE FAZENDA DE CUIABÁ

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

GESTÃO TRIBUTÁRIA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **04:00 (quatro horas)** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

Assinale a frase abaixo que não mostra uma correta estruturação.

- (A) Toda nação que se preza não abre mão de três coisas: orgulho nacional e moeda estável.
- (B) Para um artista, a forma de governo mais apropriada e não ter governo algum.
- (C) As nações mais progressistas são as que mais navegam.
- (D) Há uma irreversível tendência por mais liberdade que democracia.
- (E) Revoluções não são feitas com água de rosas.

2

Assinale a frase abaixo em que houve troca indevida entre TODO O e TODO é

- (A) Toda cozinheira deve aprender a governar o Estado.
- (B) Todo poder é uma violência exercida contra as pessoas.
- (C) Todos os demais países são inferiores ao nosso.
- (D) Uma boa guerra santifica todas as causas.
- (E) Abomino as ditaduras de todo o gênero.

3

A frase abaixo em que **não está** presente uma oposição de termos, é:

- (A) A arte de um príncipe consiste em fazer o bem pessoalmente e o mal por intermédio de outrem.
- (B) Patriotismo: disposição de matar e ser morto por razões triviais.
- (C) Somente podemos ser mortos uma vez no combate, porém várias vezes na política.
- (D) Os que mais efetivamente governam menos alarde fazem.
- (E) Política não é paz, mas um campo de batalha.

4

Todos os pensamentos abaixo são compostos por duas partes. Assinale a opção em que a relação entre essas partes está corretamente identificada.

- (A) [Na política a gente consegue eliminar os piores, / mas nunca consegue eleger os melhores.] Causa e consequência.
- (B) [Não tenho registro de nascimento e nunca consegui tirar título eleitoral. / Então eu não existo.] Relação de afirmação e conclusão.
- (C) [Qualquer um pode ter o comando / quando o mar está calmo.] Relação de antes e depois.
- (D) [Nenhuma sociedade pode florescer, / se seu povo não se sente mais responsável por ela.] Relação de comparação.
- (E) [Eu não faço piadas. Apenas vejo o governo inglês e reporto os fatos.] Relação de exclusão.

5

Todas as frases abaixo mostram um termo sublinhado que retoma um termo anterior (coesão). Assinale a frase em que esse termo anterior está mal identificado.

- (A) Os grandes estados devem prescindir de alianças e os pequenos estados não devem contar com elas. / alianças.
- (B) Depois de um não em Washington tenho saudades do realismo e da sensibilidade de lá. / Washington.
- (C) A única aristocracia possível e respeitável é a das pessoas decentes. / aristocracia.
- (D) Tínhamos um processo de paz que caminhava como uma tartaruga. Agora chegou o novo diretor e virou-a de costas. / a paz.
- (E) Qualquer pessoa que deseja ardentemente a presidência, não merece nossa confiança no cargo. / presidência.

6

Todas as frases abaixo mostram opiniões fundamentadas em posições individuais do enunciador. A única frase que diverge dessa estrutura, é:

- (A) A corrupção na democracia começa no fato de uma classe fixar os impostos e outra pagar.
- (B) Não se deve ser mais monárquico que o rei.
- (C) Diplomacia é lembrar o aniversário do cônjuge e esquecer a sua idade.
- (D) O poder sem abuso perde o encanto.
- (E) Como dizem os ingleses, os franceses nunca esqueceram Napoleão Bonaparte.

7

Observe o seguinte fragmento textual.

“Há uma tendência, em nossa sociedade crescentemente complexa e altamente tecnológica, de esquecer que a democracia americana é menos uma forma de governo e mais uma romântica preferência por uma particular estrutura de valores”.

Sobre seu significado ou estruturação, é correto afirmar que

- (A) o adjetivo “romântica” mostra um elogio à estrutura da democracia americana.
- (B) “complexa” e “altamente tecnológica” são adjetivos que se opõem no sentido.
- (C) “de esquecer” é um termo dependente sintaticamente do substantivo “tendência”.
- (D) o fragmento mostra uma opinião abalizada da sociedade moderna sobre a democracia americana.
- (E) os termos “menos” e “mais” mostram uma exclusão do primeiro em função do segundo.

8

Assinale a opção em que a oração reduzida de infinitivo é corretamente transformada em oração desenvolvida.

- (A) Para fazer um bom soldado é necessária uma certa dose de sacrifício. / Para que se faça.
- (B) Os políticos olham muito o passado para se esquecerem do presente / para o esquecimento do presente.
- (C) O movimento ecológico está ajudando a preservar inúmeras espécies de políticos / a que se preserve.
- (D) O presidente me deu o privilégio de escolher o diretor da empresa. / de que escolha.
- (E) Ser político é ser amigo o suficiente para romper a amizade / para que se rompesse a amizade.

9

Um conto de Ziraldo começa do seguinte modo:

“O índio da Transamazônica todo dia passava pelas obras, com um menino nas mãos e uns livros debaixo do braço.”

Esse conto se inicia

- (A) por um problema a ser resolvido.
- (B) por uma descrição de uma cena.
- (C) por uma sequência de ações.
- (D) por fala de um dos personagens.
- (E) por descrição de uma paisagem.

10

Um trecho narrativo moderno diz:

“Preste atenção, meu querido leitor, a este personagem que agora apresento!”

A intervenção do narrador nessa história é do seguinte tipo:

- (A) Uso do presente genérico.
- (B) Citação de uma máxima.
- (C) Uma interpelação direta ao leitor
- (D) Uso de pronomes que englobam narrador e leitor.
- (E) Comentário sobre o narrado.

Raciocínio Lógico Matemático, Estatística e Matemática Financeira

11

Ao todo, 12 pacientes de um hospital foram submetidos a um mesmo tratamento contra certa moléstia. O tempo de duração do tratamento, em semanas, para cada paciente foi registrado e esses dados foram consolidados na Tabela de Frequências a seguir.

x_i	f_i
7	1
10	2
11	2
12	1
13	3
14	1
18	1
19	1

Foi então usada a regra de descarte que considera *outlier* qualquer observação fora do intervalo $(Q_1 - 1,5D; Q_3 + 1,5D)$ na qual Q_1 e Q_3 são os 1º e 3º quartis e D é a distância interquartil.

Com base nessas informações, todo valor atípico (outlier) foi descartado.

Após esse descarte, foi calculada a média aritmética dos tempos de duração do tratamento e o resultado encontrado foi

- (A) 11,9.
- (B) 12,0.
- (C) 12,5.
- (D) 12,9.
- (E) 13,0.

12

Um empréstimo no valor de R\$ 360.000,00 será quitado por meio de 30 pagamentos anuais, sendo o primeiro deles pago um ano após a sua contratação. A taxa de juros estabelecida no contrato é de 10% ao ano.

Nesse contrato, foi pactuado que se utilizará o Sistema de Amortizações Crescentes (SACRE) com subperíodos de 3 anos, ou seja, as três primeiras prestações terão o mesmo valor, mas as três seguintes precisarão ser recalculadas.

Com base nessas informações, é correto concluir que o pagamento da 3ª prestação amortiza o saldo devedor em

- (A) R\$ 12.680,00.
- (B) R\$ 13.000,00.
- (C) R\$ 13.200,00.
- (D) R\$ 13.470,00.
- (E) R\$ 14.520,00.

13

Considere uma matriz numérica em que as linhas (L) são contadas de 1 em diante, de cima para baixo e as colunas (C) são contadas de 1 em diante, da esquerda para a direita.

Cada elemento da matriz tem seu valor definido pela regra a seguir:

$$\text{valor em linha } L \text{ e coluna } C = \begin{cases} 1, & \text{se } L + C \text{ é ímpar} \\ 0, & \text{se } L + C \text{ é par} \end{cases}$$

Se essa matriz tiver 11 linhas e 11 colunas, a soma de todos os seus elementos será igual a

- (A) 60.
- (B) 56.
- (C) 54.
- (D) 52.
- (E) 48.

14

Uma variável aleatória discreta X tem distribuição binomial com parâmetros n e p , em que n é o número de ensaios de Bernoulli independentes, todos com a mesma probabilidade p de sucesso.

O valor esperado e a variância de X dependem do valor da probabilidade p .

Se o valor máximo da variância de X é 2,5, é correto afirmar que n é igual a

- (A) 5.
- (B) 10.
- (C) 15.
- (D) 20.
- (E) 25.

15

Um automóvel pode ser adquirido a vista ou a prazo da seguinte forma:

- entrada no ato da compra, no valor de R\$ 12.000,00;
- 16 parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 9.900,00, sendo a primeira delas paga um mês após o ato da compra;
- um pagamento intermediário único de R\$ 15.750,00 feito 8 meses após o ato da compra.

A taxa de juros pactuada no contrato de compra é de 0,6% ao mês no regime de juros compostos.

Considere:

$$1,0068 = 1,05$$

$$1,00616 = 1,10$$

Considerando que o valor do bem a vista é igual ao valor presente da série formada por todos os pagamentos na compra a prazo, é correto concluir que o valor a vista do automóvel é

- (A) R\$ 157.000
 (B) R\$ 162.000
 (C) R\$ 169.000
 (D) R\$ 177.000
 (E) R\$ 182.000

16

Leandro, Marcela, Nadine e Oscar nasceram todos no dia 18 de Outubro.

Leandro é 3 anos mais velho que Oscar. Nadine é 6 anos mais nova que Marcela. Oscar nasceu um ano antes de Nadine.

Se Marcela nasceu em 1989, então

- (A) Leandro é mais velho que Nadine e Oscar é mais velho que Marcela.
 (B) Leandro é mais novo que Nadine e Oscar é mais velho que Marcela.
 (C) Leandro é mais velho que Nadine e Oscar é mais novo que Marcela.
 (D) Leandro é mais novo que Nadine e Oscar é mais novo que Marcela.
 (E) Leandro é mais velho que Nadine e Oscar tem a mesma idade de Marcela.

17

Uma variável aleatória contínua X tem distribuição normal com média $\mu = 8$. A probabilidade de que X seja menor que 10,5 é $P[X < 10,5] = 89,4\%$ e a probabilidade de que X esteja entre 7,5 e 8,5 é $P[7,5 < X < 8,5] = 19,8\%$.

Com base nessas informações, é correto afirmar que $P[5,5 < X < 7,5]$ é

- (A) 20,5%.
 (B) 23,4%.
 (C) 26,1%.
 (D) 29,5%.
 (E) 39,4%.

18

Quando uma semente de girassol é plantada, a probabilidade de que ela germine é de 60%. Se forem plantadas 5 dessas sementes, a probabilidade de que a maioria delas germine é

- (A) 2133/55.
 (B) 1533/55.
 (C) 1053/55.
 (D) 813/55.
 (E) 513/55.

19

Em um jogo, todos os participantes começam com uma quantidade de fichas. A cada rodada, cada um deles ganha fichas de ou perde fichas para outros jogadores. Nenhuma ficha é acrescida ou descartada durante o jogo, de modo que o total de fichas permanece inalterado ao longo do jogo, desde o seu início até o fim.

No início do jogo, as quantidades de fichas de Maria, Nilson, Olga e Pedro eram diretamente proporcionais, respectivamente, aos números 4, 3, 5 e 3.

Quando o jogo terminou, após diversas rodadas, as fichas de Maria, Nilson, Olga e Pedro eram diretamente proporcionais, respectivamente, aos números 4, 6, 7 e 4.

É correto afirmar que

- (A) todos terminaram com mais fichas do que começaram.
 (B) apenas três deles terminaram com mais fichas do que começaram.
 (C) apenas dois deles terminaram com mais fichas do que começaram.
 (D) apenas um deles terminou com mais fichas do que começou.
 (E) nenhum deles terminou com mais fichas do que começou.

20

Certo número N é maior que 70 e menor que 80. Quando dividido por 7, N deixa resto 1. Tal número, quando dividido por 11, também deixa resto 1.

Sobre N , pode-se afirmar que

- (A) é ímpar.
 (B) a soma dos seus algarismos é 11.
 (C) o módulo da diferença entre os seus algarismos é 1.
 (D) o produto dos seus algarismos é 7.
 (E) é um número primo.

Direito Administrativo e Constitucional

21

Ao estudar a responsabilidade civil do Estado, com base no art. 37, §6º, da CRFB/88, Elina verificou que a Lei Maior consagra a responsabilização objetiva com base na teoria do risco administrativo, admitindo-se, portanto, causas excludentes do nexo de causalidade, bem como atenuantes da responsabilização, sendo que nesse último caso haverá impacto no quantum indenizatório.

Nesse contexto, assinale a opção que indica a correta conclusão de Elina com relação a uma causa excludente e uma atenuante, respectivamente.

- (A) Culpa concorrente da vítima e fortuito interno.
 (B) Fortuito interno e fato exclusivo de terceiro.
 (C) Fortuito externo e culpa exclusiva da vítima.
 (D) Fato exclusivo de terceiro e culpa concorrente da vítima.
 (E) Culpa exclusiva da vítima e fortuito externo.

22

No exercício de suas atribuições como Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal da Secretaria Municipal de Fazenda de Cuiabá, Henrique foi questionado acerca da regulamentação conferida pelo Decreto nº 9.830/2019 para as normas de aplicação e interpretação do Direito Público introduzidas pela Lei nº 13.655/2018 no Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB), notadamente com relação à motivação das decisões administrativas e no que diz respeito à formalização de instrumentos consensuais pela Administração Pública.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção que elenca a resposta correta a ser dada por Henrique, com base no mencionado Decreto nº 9.830/2019.

- (A) A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos, devendo apresentar congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.
- (B) Poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno na hipótese de ocorrência de danos ao erário em decorrência da conduta de tais agentes, inclusive quando tenham atuado com dolo ou erro grosseiro no exercício de suas atribuições.
- (C) A motivação das decisões administrativas não poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam tal decisão, sob pena de vício insanável.
- (D) Na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, situação em que é vedada a realização de consulta pública.
- (E) É vedada a celebração de termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, impondo-se a invalidação das respectivas condutas administrativas com efeitos retroativos em quaisquer circunstâncias.

23

No início do ano passado, após preencher os respectivos requisitos, Janaína obteve aposentadoria voluntária no cargo efetivo que ocupava como servidora pública do Município de Cuiabá, no qual foi investida após realização de concurso público.

Recentemente, ao complementar 66 (sessenta e seis) anos, ela se arrependeu de ter ido para a inatividade, de modo que pretende retornar ao cargo que anteriormente ocupava no mencionado ente federativo, por meio de reversão.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei Complementar nº 93/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Cuiabá), assinale a opção correta.

- (A) Janaína não poderá retornar ao serviço público como pretendido, pois é vedada a reversão de servidores com mais de 65 (sessenta e cinco) anos.
- (B) O almejado retorno de Janaína para o serviço público não é viável, considerando que a reversão apenas é admitida nas hipóteses de aposentadoria por invalidez.
- (C) Ainda que Janaína preencha os requisitos legais, a reversão no interesse da Administração é realizada mediante ato discricionário.
- (D) Na hipótese de deferimento da reversão, não é cabível o retorno de Janaína para o cargo que anteriormente ocupava, devendo ela ser lotada em outro cargo.
- (E) Se Janaína lograr obter a reversão, ela perceberá os proventos de aposentadoria cumulados com a remuneração do cargo que voltar a ocupar

24

O prefeito do Município de Megalópolis questionou a respectiva assessoria jurídica acerca da existência de modalidades de intervenção do Estado na propriedade que não podem ser levadas a efeito por tal ente federativo no âmbito de seu território.

Nesse contexto, a assessoria jurídica informou corretamente que é **vedado** aos Municípios

- (A) realizar a desapropriação por interesse social de propriedade privada situada na zona rural.
- (B) determinar o tombamento de bens públicos pertencentes outros entes federativos.
- (C) efetuar a ocupação temporária de terreno privado não edificado, vizinho à certa obra e necessário à sua realização;
- (D) instituir servidão administrativa sobre propriedade privada, para viabilizar a prestação de um serviço público de sua competência.
- (E) promover a requisição administrativa de bens públicos estaduais, ainda que caracterizada situação de iminente perigo público.

25

Caso um ente federativo opte por criar uma entidade administrativa dotada de personalidade jurídica de direito privado, com forma de sociedade empresarial, criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social, em princípio, seria integralmente detido pelo ente federativo, para a prestação de determinado serviço público em regime de monopólio, é correto afirmar que se trata de

- (A) uma sociedade de economia mista, para qual não poderão ser asseguradas as prerrogativas da Fazenda Pública, notadamente o regime de precatórios e a imunidade tributária recíproca.
- (B) uma entidade autárquica, cuja criação independe do registro dos atos constitutivos junto às autoridades competentes, pois sua personalidade jurídica decorre diretamente da lei.
- (C) uma estatal, cujo regime de pessoal assegura a garantia da estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho.
- (D) uma fundação de direito privado, para a qual são reconhecidas as prerrogativas processuais da Fazenda Pública em decorrência de expressa determinação legal.
- (E) uma empresa pública, sendo admitida em seu capital a participação de outras entidades da Administração Indireta, desde que a maioria do capital votante permaneça de propriedade do ente federativo.

26

Após verificar que a Lei nº 5.806/2014 do Município de Cuiabá estabelece que o direito da Administração de invalidar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, Cristina decidiu estudar o tema à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Em razão disso, ela verificou que o Pretório Excelso, ao examinar a constitucionalidade de dispositivo semelhante constante de lei de certo estado da federação, consolidou determinada orientação.

Assinale a opção que indica corretamente o aludido entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Os entes federativos têm competência legislativa para fixar os prazos de prescrição e decadência em âmbito local, ainda que o prazo decadencial seja distinto dos outros entes federativos.
- (B) O prazo estabelecido na aludida norma é inconstitucional, na medida em que o poder-dever de invalidar atos administrativos é imprescritível, considerando que dos atos nulos não se originam direitos.
- (C) Ainda que os entes federativos tenham competência para legislar sobre a matéria em análise, a norma não poderia dispor sobre tal prazo decadencial de forma diversa dos demais entes federativos, diante do princípio da isonomia.
- (D) A norma em questão não poderia tratar de prazo decadencial de maneira distinta das normas constantes do Código Civil, sendo certo que tal matéria é de competência legislativa privativa da União.
- (E) No regular exercício de sua competência legislativa, o ente federativo em questão estabeleceu o mesmo prazo consagrado na Lei Federal em relação à decadência para a invalidação dos atos administrativos.

27

Após o devido processo administrativo disciplinar, foi adequadamente aplicada a larley, servidor público do Município Alfa, a penalidade de suspensão pelo prazo de 45 dias.

Ocorre que larley estava com grande acúmulo de serviço, de modo que, de boa-fé, sem que caracterizada situação de emergência, decidiu trabalhar no período em que estava suspenso, interregno em que realizou atos administrativos vinculados, que não estavam evitados de outros vícios, os quais beneficiaram terceiros de boa-fé.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos administrativos vinculados praticados por larley durante a sua suspensão não podem ser considerados válidos, pois a convalidação apenas é admitida para os atos discricionários.
- (B) Qualquer ato administrativo praticado por larley durante a sua suspensão somente poderá produzir efeitos depois de ratificado por autoridade que realmente seja competente para o exercício de tal atribuição.
- (C) Os aludidos atos administrativos praticados por larley durante a sua suspensão devem ser reputados válidos em relação aos terceiros de boa-fé, cabendo considerá-lo agente de fato putativo.
- (D) Todos os atos praticados por larley durante o período da suspensão devem ser necessariamente anulados, independentemente da boa-fé de terceiros que deles se beneficiaram.
- (E) larley deve ser considerado agente de fato necessário, a fim de viabilizar que os atos administrativos vinculados por ele realizados no período de sua suspensão possam ser considerados válidos.

28

Ao estudar as penas previstas nos termos da Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, Felícia concluiu corretamente que a sanção

- (A) de suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos é aplicável nas situações tipificadas como atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, sendo certo que para os atos de improbidade que causam prejuízos ao erário tal penalidade pode chegar a 14 (catorze) anos.
- (B) de dissolução compulsória da pessoa jurídica é aplicável às sociedades empresárias que induzam ou concorram dolosamente na prática de atos de improbidade quando a situação for tipificada como ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- (C) de perda da função pública é aplicável para os atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, situação em que atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público detinha com o poder público na época do cometimento da infração.
- (D) de multa é aplicável para todos os atos de improbidade previstos na norma em questão, mas somente pode ser aumentada até o dobro nos casos tipificados como atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, preenchidos os demais requisitos legais.
- (E) de proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos é aplicável para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.

29

A sociedade empresária Alfa, com personalidade jurídica de direito privado, atua como concessionária do serviço de coleta de lixo no Município Sigma. João, motorista, empregado de Alfa, ao conduzir um caminhão dessa empresa, durante a sua jornada regular de trabalho, atropelou e causou lesões graves em Pedro, pessoa que residia no Município Delta e que não era usuária do serviço.

Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que

- (A) como Pedro não era usuário do serviço, a responsabilidade de Alfa é subjetiva.
- (B) Sigma deve ser diretamente responsabilizado em caráter objetivo, mas não Alfa e João.
- (C) como Alfa é concessionária do serviço, somente ela deve ser responsabilizada em caráter objetivo.
- (D) Alfa e Sigma respondem em caráter objetivo, cabendo a Pedro escolher a qual deles irá direcionar a ação.
- (E) como João não é servidor público, somente ele pode ser responsabilizado, o que se dará em caráter subjetivo.

30

Em um processo administrativo fiscal, o contribuinte, ao interpretar o preceito constitucional utilizado pela Fazenda Pública em determinada autuação, sustentou que o texto constitucional oferece um dos pontos de vista, de caráter relativo, não absoluto, que deve ser considerado pelo intérprete no delineamento da norma constitucional a ser aplicada ao caso concreto. O objetivo do intérprete é o de alcançar a justiça do caso concreto, não estando adstrito a limitadores de ordem textual.

O auditor fiscal que analisou as considerações do contribuinte concluiu corretamente que elas se harmonizam, na perspectiva interpretativa, com

- (A) o formalismo.
- (B) a tópica pura.
- (C) teorias procedimentais.
- (D) o método concretizador.
- (E) a mutação constitucional.

31

No ano X, foi constatado o crescimento de grupos armados em alguns países que possuem fronteiras com a República Federativa do Brasil, o que levou setores de inteligência a identificarem o iminente risco de agressão armada à população e ao território brasileiro. Ao tomar ciência desse risco, um grupo de vinte e nove senadores apresentou proposta de emenda constitucional com o objetivo de redimensionar a funcionalidade dos bens da União que se mostravam indispensáveis à defesa das fronteiras. A proposta foi aprovada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pelo voto de dois terços dos seus membros, sendo ao final promulgada a Emenda Constitucional nº Y pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a proposta que deu origem à Emenda Constitucional nº Y

- (A) apresentou vício de iniciativa.
- (B) não apresentou nenhum vício.
- (C) não observou o quórum para aprovação.
- (D) afrontou os limites materiais de reforma.
- (E) afrontou os limites circunstanciais de reforma.

32

O Município Alfa surgiu a partir de desmembramento do Município Beta, estando ambos situados no território do Estado Sigma. Como o referido desmembramento foi realizado no ano de 2006, sem que a população interessada fosse consultada ou mesmo que houvesse lei complementar federal disposta sobre o período em que essa forma de mobilidade intrínseca da federação seria admitida, um contribuinte que residia no território de Alfa sustentou que esse ente federativo não teria legitimidade para a cobrança do imposto predial e territorial urbano sobre o seu imóvel.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) eventuais vícios ocorridos no desmembramento de Alfa foram convalidados pela Emenda Constitucional nº 57/2008.
- (B) a Emenda Constitucional nº 57/2008 não convalidou o vício decorrente da ausência de consulta à população interessada.
- (C) à época do surgimento de Alfa não era exigida lei complementar federal sobre a temática nem a realização de consulta à população interessada.
- (D) à época do surgimento de Alfa não era exigida lei complementar federal sobre a temática, mas deveria ter sido realizada consulta à população interessada.
- (E) a ausência de consulta à população interessada foi convalidada pelo decurso do tempo, sendo exigida apenas a juridicidade formal, que decorre da lei complementar estadual autorizadora do desmembramento.

33

João constatou que era alcançado por uma norma constitucional que reconhecia determinado direito fundamental. No entanto, tinha dúvidas se esse direito fundamental poderia ser limitado por outro direito fundamental, igualmente reconhecido pela Constituição da República e que, em determinada situação, beneficiaria Pedro.

Ao fim de suas reflexões, João concluiu corretamente que, na realidade brasileira, a forma como os direitos fundamentais têm sido ordinariamente compreendidos indica que, em razão de suas características, dão ensejo a

- (A) potenciais conflitos, que devem ser resolvidos *in abstracto*.
- (B) posições jurídicas definitivas, logo, o seu direito não será afetado pelo direito de Pedro.
- (C) posições jurídicas *prima facie*, de modo que o conflito será resolvido no momento da aplicação das normas.
- (D) uma concordância prática, que é estabelecida pela própria ordem constitucional, o que afasta o surgimento de conflitos.
- (E) juízos de valor lastreados no seu potencial expansivo, que não deve ser limitado por outros bens e valores, sob pena de comprometimento de sua eficácia.

34

Determinada sociedade empresária com sede no território brasileiro iniciou estudos com o objetivo de lançar um suporte eletrônico com a finalidade exclusiva de ser utilizado para a leitura de livros eletrônicos, os e-books. Com isso, buscava realizar uma análise preliminar dos custos envolvidos, de modo a verificar a viabilidade econômica do projeto, o que a levou a consultar um especialista em relação à incidência, ou não, de tributos sobre a operações que envolvam a o referido suporte.

Foi corretamente esclarecido pelo especialista que

- (A) somente livros impressos não podem ser alcançados pela incidência de impostos.
- (B) em razão das características do referido suporte, ele não pode ser alcançado pela incidência de impostos.
- (C) o referido suporte somente não será alcançado pela incidência de impostos caso seja vendido em conjunto com o livro eletrônico.
- (D) todo e qualquer suporte eletrônico que apresente, entre suas funcionalidades, a leitura de livros, não pode ser alcançado pela incidência de impostos.
- (E) a exemplo dos livros impressos, também os eletrônicos possuem imunidade tributária, o que afasta a incidência de impostos, mas isto não ocorre com o referido suporte.

35

O Tribunal de Contas do Estado Beta (TCEB) instaurou tomada de contas especial, em razão de notícias de que o Chefe do Poder Executivo do Município Alfa não aplicara os recursos recebidos do Estado Beta, sob a forma de transferências voluntárias, conforme disciplina estabelecida em convênio, para a realização, mediante contrapartida, de objetivos de interesse comum.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à narrativa, que

- (A) a exemplo das contas de governo e de gestão, o TCEB deve julgar as contas do gestor, podendo condená-lo ao ressarcimento.
- (B) cabe à Câmara Municipal de Alfa apreciar as conclusões do TCEB, que somente deixarão de prevalecer pelo voto de dois terços dos vereadores.
- (C) cabe à Câmara Municipal de Alfa apreciar livremente as conclusões do TCEB, podendo acolhê-las ou rejeitá-las pelo voto da maioria dos seus membros.
- (D) caso a análise da tomada de contas especial seja realizada no contexto das contas de gestão, será possível que o TCEB condene o gestor ao ressarcimento.
- (E) diversamente ao que se verifica em relação às contas de governo e de gestão, o TCEB deve julgar as contas do gestor, podendo condená-lo ao ressarcimento.

Direito Tributário I

Para fins de melhor compreensão, as seguintes siglas serão utilizadas nas questões a seguir:

- Código Tributário Nacional – CTN;
- Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;
- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- Imposto Sobre Serviços – ISS;
- Plnta Genérica de Valores – PGV;
- Superior Tribunal de Justiça – STJ;
- Supremo Tribunal Federal – STF.

36

O Município Alfa ajuizou execução fiscal visando à cobrança de IPTU relativo aos exercícios de 2018 e 2019, em face da empresa WXYZ S.A., proprietária, à época dos fatos geradores, do imóvel objeto da tributação.

A União Federal, em 2022, adquiriu o referido imóvel e alegou que, por gozar de imunidade tributária recíproca, não seria obrigada a pagar os débitos de IPTU relativos aos exercícios de 2018 e 2019.

Com base na legislação sobre o tema e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- (A) a União está correta, pois é isenta do pagamento do IPTU, inclusive em relação aos créditos tributários anteriores à sucessão.
- (B) a União está incorreta, pois a imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos geradores ocorridos antes da sucessão.
- (C) a União somente poderá gozar da imunidade do IPTU relativo aos fatos geradores anteriores à sucessão se a execução fiscal tiver sido ajuizada antes da sucessão.
- (D) a União só estará obrigada a pagar o IPTU relativo aos fatos geradores anteriores à sucessão se o débito não estiver inscrito em dívida ativa no momento da sucessão.
- (E) a União está incorreta, pois apesar de ser isenta do IPTU, os créditos de IPTU somente serão extintos se estiverem prescritos.

37

O Município X editou uma lei municipal que delegava ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores (PGV). A lei estabelecia os critérios para a avaliação técnica e previa possibilidade de o contribuinte apresentar defesa.

O proprietário de um imóvel novo, ao receber o carnê do IPTU lançado com base na legislação municipal acima descrita, questionou a legalidade do procedimento, alegando que a administração estaria majorando a base de cálculo do imposto por meio de ato administrativo, sem previsão na PGV, o que violaria o princípio da legalidade.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) O lançamento do IPTU é inconstitucional, pois a avaliação individualizada de imóveis para fins de IPTU só pode ocorrer se o imóvel estiver previsto na PGV.
- (B) O lançamento do IPTU é inconstitucional, pois qualquer majoração do valor venal de imóveis deve ser feita por meio de lei específica aprovada pelo Poder Legislativo, e não por ato administrativo.
- (C) O lançamento do IPTU é constitucional, desde que a avaliação individualizada seja realizada com base em critérios técnicos fixados em lei e seja assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.
- (D) O lançamento do IPTU somente será constitucional se o valor venal estipulado pela administração pública for inferior ao valor constante na última PGV.
- (E) O lançamento do IPTU é inconstitucional, pois a avaliação individualizada de imóveis novos só pode ocorrer mediante a edição de nova PGV pelo Poder Legislativo.

38

O Município X recebeu repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) referente aos impostos sobre a Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

Contudo, o Município X questionou o fato de a União Federal ter concedido incentivos fiscais que resultaram em renúncias em relação aos IR e ao IPI.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) As renúncias fiscais concedidas pela União Federal devem ser incluídas integralmente na base de cálculo do FPM, pois compõem o produto da arrecadação.
- (B) A União não pode conceder incentivos fiscais que afetem a arrecadação de IR e IPI, pois isso fere a autonomia financeira dos municípios e o direito de participação plena no FPM.
- (C) É constitucional a concessão regular de incentivos fiscais por parte da União Federal em relação ao FPM, à luz do conceito técnico de arrecadação e dos estágios da receita pública.
- (D) A constitucionalidade da inclusão das renúncias fiscais no cálculo do FPM depende da natureza compulsória ou voluntária das transferências intergovernamentais.
- (E) É inconstitucional a exclusão das renúncias fiscais da base de cálculo do FPM, pois isso viola o princípio da repartição das receitas tributárias.

39

Uma empresa foi autuada pela Receita Federal por ausência de pagamento de créditos decorrentes de contribuições previdenciárias acumuladas ao longo dos últimos anos. Ao analisar o caso, o advogado da empresa argumentou que os prazos de prescrição e decadência aplicáveis ao crédito tributário deveriam ser os previstos na Lei nº 8.212/91, especificamente nos artigos 45 e 46.

Com base na legislação e jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta:

- (A) O advogado está correto e os prazos de prescrição e decadência aplicáveis devem ser os previstos nos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91.
- (B) A Lei nº 8.212/91 pode disciplinar os prazos de prescrição e decadência tributária, desde que essa regulamentação não contrarie a legislação vigente.
- (C) Os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 foram declarados inconstitucionais pelo STF, por tratarem de prescrição e decadência, temas reservados à lei complementar.
- (D) As contribuições previdenciárias não têm natureza tributária e, por tal razão, a prescrição e a decadência podem ser tratadas em lei ordinária.
- (E) O CTN não pode disciplinar os prazos de prescrição e decadência das contribuições previdenciárias, pois possuem natureza jurídica distinta dos tributos.

40

José adquiriu um imóvel em 2024 e, ao analisar os tributos pagos pelo antigo proprietário, Carlos, percebeu que houve um recolhimento a maior de IPTU referente aos anos de 2020 a 2023.

Diante disso, José ajuizou uma ação de repetição de indébito para solicitar a restituição dos valores pagos a maior por Carlos. Com base na jurisprudência e legislação sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente José é parte legítima para pleitear a restituição dos valores pagos indevidamente por Carlos, pois o direito à repetição se transfere tacitamente ao novo proprietário com a compra e venda.
- (B) José é parte legítima para pleitear a restituição de indébito do IPTU, pois o sucessor a qualquer título é pessoalmente responsável.
- (C) Mesmo que José não tenha pagado diretamente o IPTU indevido, ele pode pleitear a restituição do valor pago por Carlos, pois o IPTU é um tributo de natureza *propter rem*.
- (D) José tem direito automático à restituição do valor pago indevidamente por Carlos, uma vez que há previsão legal no sentido de que a compra e venda abrange os tributos pagos anteriormente.
- (E) José não é parte legítima para pleitear a restituição dos valores pagos por Carlos, pois não suportou o ônus financeiro correspondente.

41

O Município X instituiu, por lei, moratória, em caráter geral, para o pagamento do IPTU.

De acordo com o CTN, a moratória é hipótese de.

- (A) suspensão da exigibilidade do crédito tributário e concede dilação do prazo para pagamento do tributo.
- (B) exclusão do crédito tributário e não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.
- (C) extinção do crédito tributário e permite a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- (D) perdão do crédito tributário e deve considerar a diminuta importância do crédito.
- (E) transação, no qual, mediante concessões mútuas, importará em terminação de litígio e consequente extinção de crédito tributário.

42

O Município Z, visando melhorar a qualidade da iluminação pública, decide implementar uma forma de custeio para o serviço, e considera diferentes alternativas para financiar essa melhoria. A dúvida surge sobre qual a forma constitucionalmente adequada de cobrar dos contribuintes. Diante dessa situação, o ente deverá instituir.

- (A) taxa de poder de polícia, cuja competência é exclusiva dos Municípios.
- (B) taxa de serviço público, de competência comum dos entes federativos.
- (C) contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, de competência dos Municípios.
- (D) contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, de competência comum dos entes federativos.
- (E) taxa de serviço público, cuja competência é exclusiva dos Municípios.

43

João é proprietário de um imóvel no Município X e, anualmente, recebe o carnê de cobrança do IPTU. Em 2018, o Município X enviou o carnê estipulando o vencimento do tributo para o dia 15 de março. Entretanto, João não realizou o pagamento. Em 2022, Município X realizou um parcelamento de ofício da dívida sem a anuência de João.

Com base na jurisprudência e legislação sobre o tema, assinale a afirmativa correta sobre a prescrição do crédito tributário.

- (A) O prazo prescricional para a cobrança judicial do IPTU iniciou-se em 2022, quando o Município realizou o parcelamento de ofício da dívida de João.
- (B) A prescrição do crédito tributário de João foi interrompida pelo parcelamento de ofício da dívida realizado pelo Município, reiniciando o prazo prescricional a partir dessa data.
- (C) O prazo prescricional para a cobrança judicial do IPTU se iniciou no dia seguinte ao vencimento do tributo, ou seja, em 16 de março de 2018.
- (D) O parcelamento de ofício realizado pelo Município suspendeu o prazo prescricional da dívida de João, que se interromperá apenas mediante a manifestação de vontade do contribuinte.
- (E) O crédito tributário de João não está sujeito a prescrição, pois o Município pode executar o débito a qualquer tempo, independentemente de prazo.

44

O Estado em que a sociedade empresarial X está localizada concedeu um benefício fiscal relacionado ao ICMS, isentando sua atividade de parte significativa da base de cálculo do imposto. Com isso, a sociedade empresarial X solicitou a isenção tributária, que foi deferida.

Anos depois, o STF declarou inconstitucional o benefício fiscal concedido pelo Estado. Posteriormente, o Estado, com base em autorização feita por meio de convênio firmado no âmbito do CONFAZ, promulgou uma nova lei concedendo a remissão dos créditos tributários decorrentes do benefício fiscal julgado inconstitucional pelo STF.

Com base na jurisprudência e legislação sobre o tema, assinale a afirmativa correta quanto à validade dessa remissão de créditos de ICMS.

- (A) A lei que concedeu a remissão é inconstitucional, pois o benefício foi considerado inconstitucional pelo STF, e uma nova lei estadual não pode convalidar atos anteriores inválidos.
- (B) A lei que concedeu a remissão é constitucional, desde que seja expressamente autorizada por uma emenda constitucional que valide as leis anteriores.
- (C) A lei que concedeu a remissão é inconstitucional, pois qualquer benefício fiscal relacionado ao ICMS deve ser aprovado previamente por uma lei complementar federal.
- (D) A lei que concedeu a remissão é constitucional apenas se for concedida mediante acordo entre os contribuintes afetados e o Estado, sem a necessidade de aprovação pelo CONFAZ.
- (E) A lei que concedeu a remissão é constitucional, pois foi amparada em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, conforme exigido pela legislação complementar.

45

Determinada empresa de tecnologia localizada no Município X foi contratada para prestar serviços a uma empresa sediada no Município Y. A lei municipal de Y exige que prestadores de serviços, mesmo que estabelecidos em outros municípios, realizem um cadastro na sua Secretaria de Finanças. Caso o cadastro não seja realizado, a legislação municipal determina que o tomador do serviço em Y retenha o ISS. Com base na legislação e jurisprudência sobre o tema, é correto afirmar que a lei de Y é

- (A) constitucional, pois os municípios têm plena autonomia para regular a cobrança de ISS e impor obrigações acessórias aos prestadores de serviços, mesmo que estejam sediados em outros municípios.
- (B) inconstitucional, pois prevê a obrigatoriedade de cadastro de prestador de serviços não estabelecido no território do Município e impõe ao tomador a retenção do ISS quando descumprida a obrigação acessória.
- (C) válida apenas se o prestador de serviços concordar expressamente com o cadastro, de forma voluntária.
- (D) constitucional, desde que o cadastro seja necessário para garantir o controle e fiscalização do pagamento de tributos municipais.
- (E) inconstitucional apenas se o prestador de serviços comprovar que já recolheu o ISS em seu município de origem.

46

Determinada gráfica oferece serviços de impressão de cartões de visita personalizados sob encomenda.

No entanto, a gráfica está na dúvida se deve recolher algum tributo, pois trata-se de operação mista, assim entendida a que agrega mercadorias e serviços.

Com base na jurisprudência e legislação sobre o tema, assinale a afirmativa correta quanto ao tributo devido na operação.:

- (A) Apenas o ICMS é devido, pois a operação envolve a circulação de mercadorias, sendo irrelevante se o serviço é personalizado ou não.
- (B) Apenas o ISS é devido, pois a prestação de serviço de composição gráfica personalizada está prevista na lista anexa à Lei Complementar 116/03.
- (C) Tanto ISS quanto ICMS são devidos, pois a operação possui natureza mista, o que justifica a tributação pelos dois tributos proporcionalmente.
- (D) Nenhum tributo é devido, pois serviços de composição gráfica não estão sujeitos ao ICMS nem ao ISS, desde que prestados com personalização e sob encomenda.
- (E) O contribuinte pode optar por recolher o ISS ou o ICMS, dependendo do município em que o serviço foi realizado.

47

Determinada Sociedade empresarial que se dedica exclusivamente ao transporte intermunicipal de passageiros deseja optar pelo Simples Nacional para simplificar o pagamento de tributos. No entanto, ao consultar seu contador, foi informado que a sua atividade possui restrições específicas. Com base nessa situação e considerando o disposto na Lei Complementar 123/2006, é correto afirmar que a sociedade empresarial

- (A) pode optar pelo Simples Nacional sem restrições, pois todas as atividades de transporte estão autorizadas.
- (B) não pode optar pelo Simples Nacional e deve recolher tributos pelo regime não simplificado.
- (C) pode optar pelo Simples Nacional, mas deve pagar o ISS em separado, conforme a legislação municipal de sua sede.
- (D) pode optar pelo Simples Nacional, desde que não ultrapasse o limite de receita bruta estabelecido
- (E) pode optar pelo Simples Nacional, mas a atividade de transporte intermunicipal será tributada de forma específica com alíquotas mais altas.

48

Carlos participou de um leilão judicial e arrematou um imóvel que possuía débitos de IPTU referentes a anos anteriores. O edital do leilão previa expressamente que o arrematante seria responsável pelo pagamento dos débitos de IPTU pretéritos. Com base na jurisprudência, e considerando o disposto no Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que

- (A) Carlos é responsável pelos débitos de IPTU anteriores à arrematação, já que o edital do leilão estabelecia essa obrigação.
- (B) Carlos deve pagar os débitos de IPTU anteriores, tendo em vista que o arrematante é responsável pessoal pelos débitos anteriores, independente da previsão do edital.
- (C) a responsabilidade de Carlos pelos débitos de IPTU anteriores à arrematação depende de eventual acordo entre ele e a Fazenda Pública.
- (D) Carlos não é responsável pelos débitos de IPTU anteriores à arrematação, pois os créditos tributários sub-rogam-se no preço da arrematação, tornando-se irrelevante a previsão editalícia.
- (E) há solidariedade tributária passiva entre Carlos e o antigo proprietário do imóvel, proprietário do bem à época da constituição do fato gerador do IPTU.

49

Marcos, empresário, foi notificado pela Fazenda Pública da existência de um débito tributário, regularmente inscrito como dívida ativa, em seu nome.

No entanto, para tentar proteger seu patrimônio, Marcos decide vender seu imóvel residencial, mesmo sabendo da dívida.

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa correta sobre o tema.

- (A) Marcos pode alienar seus bens livremente, sem qualquer presunção de fraude, independentemente do débito com a Fazenda Pública.
- (B) A alienação de bens por Marcos será presumida fraudulenta, pois o crédito tributário está regularmente inscrito como dívida ativa, salvo se reservado bens suficientes para pagamento do crédito tributário.
- (C) Somente há presunção de fraude na alienação do bem se a Fazenda Pública ajuizar execução fiscal e Marcos for citado.
- (D) Para que seja considerada fraudulenta a alienação, a Fazenda Pública precisará demonstrar a má-fé de Marcos.
- (E) Marcos pode evitar qualquer sanção sobre seu patrimônio simplesmente afirmando que a venda dos bens foi realizada de boa-fé, sem necessidade de provar que reservou recursos para quitar a dívida.

50

João possui uma pequena empresa de serviços de consultoria tributária e está estudando a Constituição Federal para entender melhor as regras sobre competência e limitações tributárias. Ele se deparou com uma situação em que diferentes entes federativos (União, Estados e Municípios) estão em disputa para definir quem tem competência para tributar suas atividades. Diante disso, João quer saber qual instrumento é necessário para resolver esses conflitos de competência.

Com base no estabelecido na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) a resolução de conflitos de competência tributária deve ser feita por meio de uma lei ordinária aprovada pelo Congresso Nacional.
- (B) a definição de obrigações tributárias e os respectivos prazos são reguladas por decretos presidenciais.
- (C) cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária.
- (D) cada ente da federação tem autonomia para regular as limitações ao poder de tributar e eventuais conflitos devem ser resolvidos pelo Poder Judiciário.
- (E) a resolução de conflitos de competência tributária deve ser feita por meio de uma emenda constitucional.

Direito Civil I, Empresarial I e Penal I

51

A sociedade Mercado Varejo Zeta Ltda., constituída pelas irmãs Isaura e Laura, encerrou suas atividades irregularmente, devido às extensas dívidas com fornecedores e locadores dos imóveis utilizados pela empresa. Gertrudes, acionista principal de uma das corporações fornecedoras, descobre que dias antes do encerramento irregular, as irmãs estabeleceram uma nova organização, utilizando ativos do Mercado Varejo Zeta Ltda. indignada, procura famoso escritório de advocacia do Mato Grosso na busca da solução jurídica adequada. Com base na situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com base na teoria menor, é possível a desconsideração da personalidade jurídica, mesmo que não demonstrado o abuso de personalidade, bastando a comprovação do débito.
- (B) O abuso da personalidade evidencia-se pela transferência de ativos e o encerramento irregular, o que fundamenta a desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) A falência de uma empresa caracteriza a desconsideração da personalidade, devendo ser aplicada a teoria menor, que dispensa a prova de abuso da personalidade.
- (D) A desconsideração da personalidade jurídica não é cabível, pois as pessoas jurídicas são distintas com ativos e passivos próprios, havendo, apenas, a coincidência do quadro societário.
- (E) Como são pessoas jurídicas distintas, a desconsideração da personalidade jurídica, com base na teoria maior, só se justifica para credores trabalhistas e tributários, mas não para fornecedores e locadores.

52

Bernardo Isaura, de 56 anos, possui um histórico de alcoolismo que vem se agravando ao longo do tempo, causando grande preocupação à sua família. Temendo o comprometimento de seu patrimônio, sobretudo após ele ter celebrado um contrato de empréstimo pessoal de elevado valor com uma instituição financeira, seus familiares consultam um renomado escritório de advocacia em Mato Grosso em busca de uma solução jurídica. Analise a situação apresentada e assinale a afirmativa correta.

- (A) Comprovada a condição de ébrio habitual de Bernardo, é possível sua interdição como relativamente incapaz.
- (B) Bernardo deve ser considerado como pródigo, sendo possível sua interdição como absolutamente incapaz.
- (C) É possível a interdição de Bernardo como absolutamente incapaz, desde que demonstrada a vulnerabilidade clínica.
- (D) Bernardo é relativamente incapaz, não necessitando de pronunciamento judicial, bastando depoimento pessoal dos familiares.
- (E) Caso a família tenha comprovação do alcoolismo de Bernardo, ele será interdito como absolutamente incapaz.

53

Paulo, empresário, firmou contrato com a empresa Construtora Novo Horizonte Ltda. para a construção de um galpão industrial, com previsão de entrega em 30 de março de 2022. O contrato especifica que o galpão deve atender a determinadas normas técnicas e possuir equipamentos específicos para a atividade industrial. Contudo, a Construtora Novo Horizonte não entregou o galpão na data prevista, e, após sucessivas prorrogações, a obra foi concluída apenas em 30 de agosto de 2022. Além do atraso, Paulo identificou falhas no projeto, pois a construtora não seguiu integralmente as especificações contratuais e alguns dos equipamentos previstos estavam ausentes, notificando, imediatamente a Construtora sobre tais observações.

Diante da situação hipotética narrada e de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que

- (A) Paulo pode exigir que a Construtora Novo Horizonte Ltda. realize as reparações necessárias e forneça os equipamentos faltantes, além de poder pleitear perdas e danos em razão do descumprimento do prazo contratual e das especificações.
- (B) como o galpão foi entregue, ainda que com atraso, Paulo não tem direito a qualquer tipo de compensação, pois resta presumido o adimplemento satisfatório e substancial da obrigação, excluindo eventual direito a perdas e danos.
- (C) diante do atraso na entrega e das falhas de execução, Paulo pode imediatamente rescindir o contrato e exigir indenização, independentemente de notificação prévia à construtora.
- (D) Paulo pode exigir perdas e danos apenas em relação ao atraso na entrega, mas não em relação aos equipamentos e falhas na execução, pois estes itens foram aceitos ao receber o galpão.
- (E) Paulo, por ser empresário e presumidamente experiente e não ter expressamente recusado o bem, perdeu o direito de exigir reparação pelos defeitos, pois restou configurada a aceitação tácita

54

Anastácia Benta, de 83 anos, em plena lucidez, encontra-se muito preocupada com a situação financeira de seu neto, Pedro Lobato, que acumula diversas dívidas com agiotas devido ao seu vício em jogos. Nos últimos meses, alguns agiotas começaram a intimidá-la e, preocupada com sua segurança pessoal e a proteção de seu querido neto, Anastácia decide vender uma casa situada em Cuiabá, MT, por somente vinte por cento do seu valor de mercado, para usar o dinheiro para quitar as dívidas do neto. Orozimbo Onofre, consciente do estado em que Anastácia se encontrava e tirando proveito das circunstâncias, adquire o imóvel. Três anos após a venda, Anastácia procura um renomado escritório de advocacia em Mato Grosso à procura de auxílio. Em relação à situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O negócio jurídico pode ser anulado por lesão, com um prazo de decadência de quatro anos para a anulação.
- (B) O negócio jurídico é comprometido pela coação, entretanto, a anulação se torna impraticável devido ao prazo de decadência anual associado a esse vício.
- (C) O negócio jurídico é prejudicado pela lesão, no entanto, a anulação se torna impraticável devido à decadência bienal.
- (D) O negócio jurídico pode ser anulado devido ao erro substancial, com um prazo de decadência de quatro anos.
- (E) O negócio jurídico é nulo por simulação, sem existir um prazo prescricional ou decadencial para essa condição jurídica.

55

Em relação aos sinais e expressões empregados apenas como meio de propaganda, é correto afirmar que

- (A) são suscetíveis de registro como marca desde que não sejam contrários à moral, à ordem pública, aos bons costumes e não contenham ofensas ou alusões individuais atentatórias a ideias, religiões ou sentimentos veneráveis.
- (B) comete crime de concorrência desleal quem usa expressão ou sinal de propaganda alheios, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos, podendo o prejudicado intentar as ações cíveis indenizatórias cabíveis, independentemente da ação criminal.
- (C) pode requerer o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) toda pessoa que exercer qualquer atividade lícita.
- (D) o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é atributivo de propriedade e valerá para todo o território nacional.
- (E) o registro de expressão ou sinal de propaganda vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da expedição do certificado, podendo o prazo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, desde que a prorrogação seja requerida na vigência do último ano do decênio de proteção legal.

56

Vera e Aquino se casaram em 2019 e adotaram a comunhão universal como regime de bens. No ano corrente, o casal decidiu constituir uma sociedade do tipo limitada para explorar o fornecimento de alimentos prontos na cidade de Feliz Natal/MT. Considerando-se as disposições legais sobre a sociedade entre cônjuges, é correto afirmar que Vera e Aquino

- (A) poderão livremente constituir a sociedade limitada qualquer que seja o regime de bens do casamento, independentemente de autorização judicial.
- (B) estão proibidos de constituir a sociedade limitada, seja entre eles ou com terceiros, em razão de serem casados no regime de comunhão universal.
- (C) poderão constituir a sociedade limitada desde que obtenham autorização judicial prévia.
- (D) estão proibidos de constituir a sociedade limitada com terceiros, mas podem constitui-la somente entre eles.
- (E) poderão constituir a sociedade limitada desde que seja com terceiros, mas é vedada a constituição somente entre eles.

57

Acerca do contrato de franquia empresarial, analise as afirmativas abaixo

- I. Nos casos em que o franqueador subloque ao franqueado o ponto comercial onde se acha instalada a franquia, qualquer uma das partes terá legitimidade para propor a renovação do contrato de locação do imóvel
- II. O franqueador que omitir informações exigidas por lei ou veicular informações falsas na Circular de Oferta de Franquia está sujeito à devolução ao franqueado de todas e quaisquer quantias já pagas por ele, ou a terceiros por este indicado, a título de filiação ou de royalties, corrigidas monetariamente.
- III. Caso expresse o foro de opção no contrato internacional de franquia, as partes deverão constituir e manter representante legal ou procurador devidamente qualificado e domiciliado no Brasil, com poderes para representá-las administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

58

Caio, servidor público competente, conhecedor da legislação tributária, compareceu ao estabelecimento comercial de Maria, localizado no Município de Cuiabá. Após horas de conversas com a proprietária, Caio, agindo com dolo, exigiu tributo que, efetivamente, sabia ser indevido, além de empregar, na cobrança, meio vexatório. Nesse contexto, Maria entrou em contato com as autoridades públicas, dando conhecimento dos fatos e da conduta praticada pelo referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- (A) excesso de exação.
- (B) corrupção passiva.
- (C) corrupção ativa.
- (D) prevaricação.
- (E) peculato.

59

João, agindo com dolo, fez declaração falsa sobre rendas e bens, para eximir-se, parcialmente, de pagamento de tributo. Registre-se que, durante as investigações, constatou-se que a ação de João não causou grave dano à coletividade. Apurou-se, ainda, que o indivíduo é servidor público no Estado Alfa, muito embora a conduta por ele praticada não tenha qualquer relação com a função pública exercida.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.137/1990, é correto afirmar que a conduta de João

- (A) caracteriza crime contra a ordem tributária, na modalidade qualificada, por ter sido praticado por um servidor público.
- (B) é formalmente atípica, pois ele atuou de forma desvinculada do cargo público ocupado no âmbito do Estado Alfa.
- (C) caracteriza crime contra a ordem tributária, sem qualificadoras ou causas de aumento de pena.
- (D) é formalmente atípica, caracterizando-se como ilícito administrativo.
- (E) é formalmente atípica, por não ter causado grave dano à coletividade.

60

Finda a instrução processual penal, Matheus, reincidente em crime culposo, foi condenado pela prática de determinada infração penal às penas finais de três anos de reclusão, sendo certo que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, lhe são benéficos. Constata-se, ainda, não ser cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e que o condenado, que respondeu ao processo em liberdade, possui setenta e dois anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus

- (A) poderá ser beneficiado com a suspensão condicional da pena e com o livramento condicional, devendo optar, por intermédio do seu advogado, pela aplicabilidade de um dos institutos.
- (B) não tem direito à suspensão condicional da pena, tampouco ao livramento condicional, em razão do quantitativo da pena que lhe foi imposta.
- (C) não tem direito à suspensão condicional da pena, tampouco ao livramento condicional, por ser reincidente em crime culposo.
- (D) poderá ser beneficiado com a suspensão condicional da pena.
- (E) poderá ser beneficiado com o livramento condicional.

NSCB006_Contabilidade Geral**61**

Em 31/12/2023, uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

Disponibilidades: R\$ 20.000; Clientes (120 dias): R\$ 100.000; Fornecedores: R\$ 110.000 (30 dias); Móveis e Utensílios: R\$ 180.000; Patrimônio Líquido: R\$ 190.000.

Em 02/01/2024, a sociedade empresária procurou o seu cliente, com o intuito de obter o adiantamento do valor a ser recebido, objetivando ter saldo em caixa para pagar a dívida com fornecedores.

Foi acordado que o cliente pagaria R\$ 98.000 em 20/01/2024, de modo a extinguir integralmente o valor que era devido, de R\$ 100.000.

A diferença entre o saldo que estava no ativo e o valor recebido, de R\$ 2.000, deve ser reconhecido como

- (A) perda.
- (B) outras despesas.
- (C) despesa financeira.
- (D) despesa operacional.
- (E) conta redutora do ativo.

62

Uma sociedade empresária tem como diretriz básica informar separadamente, em suas demonstrações contábeis, os efeitos econômicos sobre os ativos e os passivos, as receitas e as despesas, em geral, evitando realizar compensações entre os valores.

De acordo com a NBC TG 26 (R5) – A apresentação das Demonstrações Contábeis, a diretriz adotada está

- (A) incorreta, uma vez que as normas de contabilidade exigem que os elementos patrimoniais e de resultado sejam apresentados em grupos.
- (B) incorreta, uma vez que a compensação garante melhor comparabilidade entre as contas, além de produzir informações mais tempestivas.
- (C) incorreta, uma vez que a informação resumida é mais eficiente, já que reduz os custos de preparo da entidade que reporta e de interpretação, do usuário.
- (D) correta, uma vez que a compensação prejudica a capacidade dos usuários de compreender as transações, eventos e condições ocorridos e de avaliar os fluxos de caixa futuros da entidade.
- (E) correta, uma vez que a entidade que reporta tem plena autonomia para decidir o modo de apresentação dos elementos patrimoniais e de resultados em suas demonstrações contábeis.

63

A mensalidade de uma escola era de R\$ 4.000.

Em dezembro de 2023, a escola anunciou que, para incentivar a antecipação do valor, daria um computador de presente aos alunos que pagassem antecipadamente, em janeiro de 2024, a mensalidade de todo o ano. O contrato previa que não haveria devolução do valor recebido dos alunos e nem do computador, mesmo se o aluno saísse da escola.

Trinta alunos pagaram o valor antecipado em janeiro, de modo que a escola distribuiu trinta computadores nesse mês. Cada computador era vendido por R\$5.000, no entanto, como a escola comprou em quantidade, teve um desconto de 10% sobre o preço.

O reconhecimento da distribuição dos computadores na Demonstração do Resultado do Exercício da escola é

- (A) R\$ 135.000 em janeiro.
- (B) R\$ 150.000 em fevereiro.
- (C) R\$ 150.000 em fevereiro.
- (D) R\$ 11.250 de janeiro a dezembro.
- (E) R\$ 12.500 de janeiro a dezembro.

64

Com relação às reservas estatutárias as afirmativas a seguir estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O estatuto deve estabelecer o seu limite máximo.
- (B) Podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.
- (C) A empresa deve definir a sua finalidade de modo preciso e completo.
- (D) Os critérios para determinação da parcela anual do lucro líquido a ser utilizada devem ser fixados em seu estatuto.
- (E) São registradas como estatutárias somente as definidas pelo estatuto que não estão previstas em lei, de modo a prevalecer a Lei.

65

Em 02/01/2024, uma sociedade empresária que presta serviços de consultoria contraiu um empréstimo para pagamento em dois anos para a compra de um terreno e construção de um imóvel que será destinado ao aluguel, considerado, por ela, um ativo qualificável, de acordo com os requerimentos da NBC TG 20 (R2) – Custos de Empréstimo.

Os custos do empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição foram de R\$ 50.000.

Em janeiro não houve atividades de preparação para o terreno. Já em fevereiro foram realizados trabalhos técnicos e administrativos anteriores ao início da construção física, como obtenção de permissões para o início da construção física. Em março, foram iniciadas as atividades de preparação do terreno e desenvolvimento do projeto, enquanto as obras efetivamente começaram em maio.

Os custos relacionados ao empréstimo começaram a ser reconhecidos como ativo no mês de

- (A) Janeiro.
- (B) Fevereiro.
- (C) Março.
- (D) Abril.
- (E) Maio.

66

A Cia Industrial XYZ costuma adquirir matéria prima e pagar o montante ao fornecedor 30 dias depois da compra, um prazo que é usual em seu setor. Além disso, ela costuma classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento e de investimento, respectivamente.

Em 10/01/2024, a empresa estruturou uma operação especial com seu fornecedor, adquirindo 30 quilos de matéria prima. O preço normal do quilo é R\$ 50. No entanto, nesta compra, a Cia XYZ pagou R\$ 1.700, com pagamento previsto em 180 dias.

No momento do pagamento, a saída de caixa é classificada como:

- (A) R\$ 1.700 em Atividade Operacional.
- (B) R\$ 1.700 em Atividade de Investimento.
- (C) R\$ 1.700 em Atividade de Financiamento.
- (D) R\$ 1.500 em Atividade Operacional e R\$200 em Atividade de Investimento.
- (E) R\$ 1.500 em Atividade Operacional e R\$200 em Atividade de Financiamento.

67

Ao comparar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) com a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), pode-se considerar que a DMPL é mais informativa, uma vez que evidencia.

- (A) o lucro ou prejuízo por segmento econômico.
- (B) os detalhamentos das receitas e despesas do período.
- (C) o valor do dividendo que será utilizado para manter a capacidade física da empresa.
- (D) a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido e indica a formação e a utilização de todas as reservas.
- (E) o valor gasto no lançamento bem sucedido de novas ações que foi transferido posteriormente para resultado, de modo destacado.

68

De acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, os usuários das demonstrações contábeis podem entender que algumas informações são relevantes para as suas necessidades, de modo que as entidades são encorajadas a divulgá-las.

Avalie se tais informações relevantes incluem:

- I. Valor contábil do ativo imobilizado que está temporariamente ocioso.
- II. Valor contábil bruto de ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda está em operação.
- III. Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda.
- IV. Valor justo do ativo imobilizado que é materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

69

Um profissional de investimentos está analisando as demonstrações contábeis de duas empresas distintas referentes a períodos distintos, do seguinte modo:

Cia A: análise das demonstrações de 31/12/2006.

Cia B: análise das demonstrações de 31/12/2016.

As duas empresas incorreram em aplicações de recursos em despesas com expectativa de contribuição para a formação do resultado de mais de um exercício social.

A Cia A classificou o fato como ativo diferido; já a Cia B o classificou como

- (A) Despesa.
- (B) Ativo Circulante.
- (C) Ativo Intangível.
- (D) Ativo Imobilizado.
- (E) Ativo Realizável a Longo Prazo.

70

Uma loja vendia esteiras. Cada esteira tinha custo de R\$ 2.000 e era vendida por R\$ 2.500. Além disso, a loja pagava a seus vendedores uma comissão de 10% sobre o preço da venda.

A oferecia frete grátis para os seus consumidores, de modo que era responsável por pagar pela entrega da esteira vendida.

Em junho de 2024 o valor pago pela entrega de cada esteira era de R\$ 200. Já em julho, devido a aumento no preço do combustível, esse valor passou para R\$ 300.

Assinale a opção que indica o valor unitário da esteira mensurado como estoque no balanço patrimonial da loja em 30/06/2024 e em 31/07/2024:

- (A) R\$ 2.000 e R\$ 1.950
- (B) R\$ 2.000 e R\$ 2.000
- (C) R\$ 2.050 e R\$ 1.950
- (D) R\$ 2.250 e R\$ 2.250
- (E) R\$ 2.300 e R\$ 2.200

Realização

